

AJUSTE FISCAL

Fiesp propõe pacto pelo desenvolvimento

Presidente da entidade reúne parlamentares de SP e pede a criação de ambiente de estímulo à produção

ISABEL DIAS DE AGUIAR

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, reuniu ontem 27 parlamentares da bancada paulista no Congresso para propor um pacto pela produção. Deputados e senadores de quase todos os partidos foram convidados a formar uma aliança visando à criação de mecanismos que estimulem o desenvolvimento da indústria, a eliminação dos impostos em cascata, redução das taxas de juros, da inadimplência, o fim da guerra fiscal e a criação de empregos.

Piva pediu o apoio dos parlamentares para o restabelecimento de um ambiente empreendedor e favorável ao desenvolvimento econômico. Segundo ele, as pequenas e microempresas estão sendo destruídas pela "grande bolha de inadimplência" que se está formando pelo efeito da alta das taxas de juros e pela elevada carga tributária.

"É preciso encontrar meios para empregar os 1,8 milhão de jovens que chegam ao mercado de trabalho", disse. A indústria, Piva, é o setor mais progressista da economia. Deve, por isso, poder contribuir para uma maior justiça social e criar um horizonte melhor "para o Brasil, que, embora desfrute de condições ideais, vem patinando há muitos anos".

A iniciativa de Piva conta com a adesão do Partido dos Trabalhadores, informou o deputado federal, José Genoíno (PT-SP). Indicado pelo presidente da Fiesp para dis-

cursar em nome da oposição, Genoíno fez um pronunciamento afinado com as teses da entidade. O parlamentar elogiou a proposta "pluralista" e se dispôs a discutir todas as reivindicações da Fiesp.

"Se concordar, vamos votar a favor, e se discordar vamos debater, numa relação civilizada." O deputado do PT disse que o diálogo com a Fiesp deverá render e deverá resultar num projeto justo para que o trabalhador recupere seus direitos de cidadão.

Pela situação, o deputado José Aníbal (PSDB-SP) disse que não tinha nada a acrescentar ao discurso de Genoíno. Defendeu a "reintrodução da indústria na economia nacional". Aníbal propôs a criação de uma comissão parlamentar para o acompanhamento do ajuste fiscal e definição "da melhor modelagem" para o estímulo à produção e para o emprego.



**CNI ALERTA
PARA RISCOS
DO PLANO DO
GOVERNO**

Juros – A queda imediata dos juros foi considerada condição indispensável para o sucesso do Programa de Estabilização Fiscal, segundo o *Informe Conjuntural* de outubro, feito pela Unidade de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para reduzir os juros,

segundo o estudo, divulgado ontem, o Brasil tem de fazer já um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

De acordo com os responsáveis pelo documento, se as taxas de juros forem mantidas nos níveis atuais, o ajuste fiscal pode tornar-se inviável. A razão, afirmam os economistas, é que o esforço fiscal ficaria totalmente anulado – de um lado, pelo pagamento de juros altos sobre as dívidas do setor público e de outro pela conseqüente queda da arrecadação de impostos.

■ Colaborou Jô Galazi



Horácio Lafer Piva, da Fiesp: "É preciso encontrar meios de empregar 1,8 milhão de jovens que chegam ao mercado de trabalho"

Domingos Tadeu/AE